



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E FORMAÇÃO DOCENTE - CIMFor

Temas emergentes em Educação: Docência em movimento no contexto atual
10 a 13 de setembro de 2024

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA CRIANÇAS SURDAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A INTERAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

Marcos Vinicius Cavalcante Dos Santos¹
Kalline Flávia Silva De Lira²

Resumo

A presente pesquisa qualitativa, configurada como um estudo de caso, visa aprofundar a compreensão das dificuldades enfrentadas por crianças surdas no ambiente escolar e analisar o papel da interação entre família e escola na promoção do aprendizado e da inclusão social. Por meio de uma entrevista realizada com o pai de um aluno surdo em questão, a pesquisa revela que, apesar da deficiência auditiva, o aluno demonstra ser uma criança alegre e comunicativa, utilizando gestos e desenhos como formas alternativas de expressão. O desempenho escolar do aluno é prejudicado pela limitada presença de um professor de Libras e de um intérprete, o que restringe sua interação e compreensão em sala de aula. O pai do aluno destaca a importância de que seu filho tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que as outras crianças e lamenta a insuficiente acessibilidade educacional proporcionada pela escola. A pesquisa conclui que a construção de uma parceria efetiva entre família e escola, fundamentada na colaboração mútua e no reconhecimento das habilidades e necessidades individuais dos alunos, é essencial para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, que respeite e valorize a diversidade e singularidade de cada criança.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Surdez. Família. Escola.

Eixo Temático: Eixo 4 – Inclusão e Diversidade

¹ Acadêmico de Licenciatura em Pedagogia. Universidade do Estado da Bahia, marcosviniciusc750@gmail.com.

² Doutora em Psicologia Social. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco, kalline.lira@univasf.edu.br.

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo é a interação entre família e escola na promoção da inclusão educacional e social de crianças surdas. A delimitação temática se concentra na colaboração entre família e escola para o desenvolvimento linguístico e cognitivo dessas crianças, com foco na aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e do português escrito. A problemática reside na dificuldade de implementação eficaz de uma educação bilíngue para crianças surdas, devido à falta de políticas linguísticas inclusivas e à ausência de ambientes de aprendizagem que permitam a imersão precoce em Libras.

Os primeiros anos de vida de uma criança são cruciais para a construção da linguagem e do pensamento. A parceria entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento de crianças surdas. A colaboração estreita entre esses dois pilares pode criar um ambiente mais inclusivo e eficaz para a aprendizagem da Libras e do português escrito. A família, ao se engajar ativamente no processo educativo, pode reforçar em casa as práticas e conteúdos aprendidos na escola, proporcionando uma continuidade essencial para o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança.

Apesar dos benefícios evidentes, a implementação de uma educação bilíngue eficaz enfrenta desafios. A falta de políticas linguísticas e multiculturais que valorizem a diversidade de línguas, incluindo a Libras, ainda é um obstáculo significativo. Além disso, a ausência de um ambiente de aprendizagem que permita a imersão precoce em Libras pode prejudicar o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas.

Muitas famílias não utilizam a Libras em casa, comprometendo o desenvolvimento linguístico das crianças surdas e impedindo a continuidade das práticas educacionais aprendidas na escola. O objetivo geral do trabalho é analisar como a parceria entre família e escola pode contribuir para o desenvolvimento linguístico e cognitivo de crianças surdas, promovendo a inclusão social e educacional por meio de uma educação bilíngue eficaz.

A justificativa do estudo está na necessidade de criar um ambiente educacional inclusivo que respeite e valorize a diversidade linguística das crianças surdas. Uma parceria eficaz entre família e escola pode proporcionar o suporte contínuo necessário para o desenvolvimento completo dessas crianças, facilitando a internalização da Libras e do português escrito, e promovendo sua inclusão social e emocional.

A parceria entre família e escola é essencial para o desenvolvimento pleno de crianças surdas. Essa colaboração não apenas fortalece as habilidades linguísticas e

cognitivas, mas também promove a inclusão social e emocional das crianças. Portanto, é crucial fomentar políticas e práticas que incentivem essa parceria, garantindo que a educação bilíngue seja uma realidade acessível e efetiva para todos/as os/as alunos/as surdos/as.

ESCOLA, FAMÍLIA E O SUJEITO

A relevância da interação entre família e escola na promoção da visibilidade e compreensão dos sujeitos que apresentam dificuldades específicas de aprendizado no contexto escolar e familiar é um tema de suma importância no âmbito da educação inclusiva. Tal discussão implica na consideração de diversos aspectos multidimensionais que permeiam as experiências individuais dos/as alunos/as com necessidades educacionais específicas.

Nesse sentido, é imperativo reconhecer que a efetivação de uma educação inclusiva demanda uma abordagem holística, que transcenda as barreiras tradicionais entre o espaço escolar e o ambiente familiar. Ambos os contextos desempenham papéis cruciais no processo de identificação, compreensão e suporte aos/as alunos/as com dificuldades específicas de aprendizado.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa instituição. A escola tem sua metodologia filosofia, no entanto ela necessita da família para concretizar seu projeto educativo (Parolin, 2005, p. 99).

A família, enquanto primeiro agente socializador, detém um conhecimento ímpar sobre o desenvolvimento e as necessidades de seus/suas filhos/as. Portanto, é fundamental que os/as profissionais da educação estabeleçam uma parceria colaborativa e empática com as famílias, reconhecendo e valorizando sua expertise, e integrando-as ativamente no planejamento e na implementação de estratégias pedagógicas individualizadas.

Por sua vez, a escola, enquanto instituição responsável pela promoção do aprendizado e desenvolvimento integral dos/as alunos/as, deve assumir um compromisso ético e pedagógico com a inclusão de todos/as os/as estudantes, independentemente de suas diferenças e dificuldades. Isso implica na implementação de práticas pedagógicas flexíveis

e adaptativas, que levem em consideração a diversidade de habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades específicas de cada aluno/a.

Em contextos escolares, professores que atuam em sala de aula nas redes educacionais brasileiras são os principais agentes da identificação de alunos com algum tipo de dificuldade escolar, emocional ou com atraso de desenvolvimento que impacta o desempenho acadêmico e o funcionamento adaptativo (Farias, et al., 2020, p. 43).

De acordo com Martins *et al.* (2011), a instituição escolar, em sua gênese, não foi concebida, nem delineada para acomodar e fomentar a diversidade e a plenitude do desenvolvimento humano, mas sim para instituir um paradigma de homogeneização, orientado pelos objetivos educacionais típicos dos/as estudantes enquadrados dentro do espectro da "normalidade". Deste modo, tem-se assistido à sistemática exclusão daqueles/as que divergem desse padrão normativo, uma vez que o sistema educacional espera que o processo de ensino e aprendizagem se desenrole em consonância com as expectativas medianas dos/as discentes.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget, 2007, p.50).

A concepção tradicional de escola tem se mostrado inadequada e limitada diante da riqueza da diversidade humana, relegando à margem os indivíduos que não se conformam aos parâmetros preestabelecidos de normalidade. Tais parâmetros, muitas vezes, refletem uma visão estreita e uniformizante do potencial humano, desconsiderando as particularidades e singularidades que caracterizam cada aluno/a.

LIBRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E BILINGUISMO

O bilinguismo na educação de crianças surdas envolve a integração da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa. Conforme Vygotsky (2008), a interação social é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, e a linguagem desempenha um papel central nesse processo. A Libras, um código visual-espacial, permite às crianças surdas significarem e se comunicarem sobre suas experiências diárias, facilitando seu desenvolvimento psicológico e social.

Para crianças surdas, a Libras é um meio essencial para a comunicação e compreensão do mundo. No início, muitas crianças usam gestos para se comunicar, sendo esses gestos são naturais e espontâneos, mas não constituem uma língua completa. Com a exposição e mediação adequadas, as crianças começam a internalizar os sinais e a usar a Libras para interagir de maneira mais significativa.

As línguas de sinais são naturais das comunidades surdas, sendo importante destacar que não são simplesmente gestos e mímicas; são línguas com estruturas gramaticais próprias. Importante destacar que as línguas de sinais não são universais, ou seja, cada país possui a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional. A Libras é a língua materna dos/as surdos/as brasileiros/as e foi aprovada pela Lei nº 10.436/2002.

Um dos principais desafios para crianças surdas é a transição do uso de gestos para a fluência em Libras. Este processo requer um ambiente rico em interação e mediado por adultos e pares fluentes em Libras. A presença de adultos/as surdos/as e instrutores/as fluentes em Libras na sala de aula desempenha um papel crucial. Esses indivíduos não apenas ensinam a língua de sinais, mas também servem como modelos culturais para as crianças surdas, ajudando-as a construir suas identidades e compreender o mundo de uma perspectiva surda.

A introdução da língua portuguesa na educação de crianças surdas é igualmente importante, mas deve ser feita de maneira que respeite e utilize a base linguística e cultural da Libras. O aprendizado da língua portuguesa pode ser facilitado através de métodos visuais e contextos que fazem sentido para as crianças, como a associação de palavras escritas com sinais de Libras e a leitura de textos acompanhada de sinais. De acordo com Pereira (2014, p. 149), o objetivo no ensino da Língua Portuguesa para os/as alunos/as surdos/as “deve ser a habilidade de produzir textos e não palavras e frases, daí a importância de se trabalhar muito bem o texto, inicialmente na Língua Brasileira de Sinais”.

Compreende-se a importância da Libras como um código linguístico que facilita a comunicação e a compreensão das experiências diárias. Vygotsky (2011) sugere que o uso de gestos é um comportamento espontâneo em crianças surdas e ouvintes, que, com o tempo, é acompanhado pela língua à medida que esta é internalizada. Para que crianças surdas avancem do uso de gestos para a fluência em Libras, é essencial que elas

experimentem situações de mediação nessa língua. A interação entre as crianças é fundamental para o desenvolvimento do pensamento verbal.

O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou a Libras, de forma que as pessoas surdas passaram a ter direito ao conhecimento dessa língua. Assim, o português deve ser utilizado na modalidade escrita, sendo a segunda língua, e a educação dos surdos passa a ser bilíngue. Para Quadros (2000, p. 54) o bilinguismo não estabelece uma dicotomia, mas reconhece “as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a língua de sinais brasileira e o português no contexto mais comum do Brasil”.

A educação infantil bilíngue para crianças surdas deve considerar aspectos linguísticos, identitários, culturais e pedagógicos. É essencial criar um ambiente que permita à criança surda se reconhecer como tal, utilizando a visualidade para (re)significar o mundo ao seu redor. Educadores/as devem empregar estratégias pedagógicas específicas para facilitar essa apropriação de conceitos.

METODOLOGIA

A pesquisa é categorizada como teórico-empírica, combinando uma revisão teórica sobre a educação bilíngue para surdos com um estudo de caso empírico para ilustrar os desafios e benefícios dessa abordagem. A natureza da pesquisa é qualitativa, focando na compreensão profunda das interações entre família e escola e suas implicações no desenvolvimento das crianças surdas, utilizando métodos descritivos e exploratórios. O estudo é descritivo e explicativo, descrevendo as práticas e desafios na educação bilíngue de crianças surdas e explicando como a parceria entre família e escola pode influenciar positivamente esse processo.

O plano de geração de dados inclui documentação indireta por meio de uma revisão bibliográfica de literatura relevante sobre educação bilíngue para surdos, políticas inclusivas e a importância da parceria entre família e escola, e documentação direta através de observação direta e com auxílio de uma entrevista com o pai de uma criança surda. Esses métodos permitem uma compreensão detalhada das experiências e percepções dos envolvidos, essenciais para analisar a eficácia da parceria família-escola.

A abordagem indutiva será utilizada, partindo de observações específicas (estudo de caso e entrevista) para formular generalizações sobre a importância da parceria família-

escola na educação bilíngue de crianças surdas. Os métodos de procedimentos incluem a comparação e a análise histórica, comparando práticas de educação bilíngue em diferentes contextos e analisando a evolução das políticas e práticas educacionais para surdos ao longo do tempo. A análise dos dados será qualitativa, interpretando os resultados da entrevista e observações à luz da literatura revisada, visando identificar padrões e aportes que possam explicar como a parceria entre família e escola contribui para o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças surdas e propondo estratégias para superar os desafios identificados.

Deve-se destacar que, dada a natureza deste estudo, que envolve seres humanos, foram adotadas medidas éticas para garantir a preservação da identidade dos participantes, dessa forma, todos os nomes e expressões mencionados neste texto são fictícios, criados com o intuito de manter o anonimato dos envolvidos na pesquisa, também não há registro fotográfico dos participantes, especialmente considerando que a criança envolvida na pesquisa é de tenra idade. Tudo isso foi feito para preservar e garantir que nenhuma informação específica permita a identificação ou localização dos sujeitos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso em questão se trata de Ruan, menino de cinco anos, que possui surdez, sendo descrita pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2017) como “a impossibilidade ou dificuldade de ouvir”. A partir da entrevista realizada com o pai de Ruan, foram extraídos os seguintes resultados.

O diagnóstico da surdez foi percebido desde o nascimento da criança, dada a natureza da deficiência e sua implicação no processo de aprendizado, que apesar da surdez, demonstra ser alegre e comunicativa, utilizando gestos e desenhos como formas alternativas de expressão, sendo relatado pelo pai: “Apesar de não conseguir ouvir, ele é uma criança muito alegre, sempre encontra um jeito de comunicar o que quer ou o que está sentindo, seja através de gestos ou de desenhar (que é uma coisa que ele gosta muito)”.

A surdez afeta o desempenho escolar da criança, principalmente devido ao pouco contato com o professor de Libras e o intérprete, o que limita sua interação e compreensão em sala de aula, e embora reconheça sua diferença, a criança não se sente afetada por isso, sendo descrita como vibrante e eufórica, desfrutando de atividades físicas e recreativas,

relatando o pai: “Apesar dele saber de alguma forma que é diferente, ele não se sente afetado por isso, sempre alegre e vibrante, ele gosta muito de correr, pular, brincar e se divertir, sempre muito eufórico e impaciente”.

O pai não relevou situações em que a criança tenha sido alvo de insultos devido à sua condição de surdez, e de forma cômica o pai ele diz: “não faria diferente ele ser chamado de qualquer coisa, não ouviria mesmo, ha, ha, ha!”.

É expressado pelo pai o desejo de que seu filho tenha as mesmas oportunidades de aprendizado que as outras crianças, lamentando o impacto da surdez na acessibilidade educacional, e que apesar da presença de um professor de Libras e de um intérprete, a frequência limitada deles na escola não contribui efetivamente para o progresso educacional da criança, sendo considerada insuficiente pelo pai.

Aponta-se a importância da existência de apoio consistente, ou seja, a colaboração entre família e escola pode garantir que a criança surda receba apoio constante, tanto em casa quanto na instituição de ensino. Isso pode facilitar a internalização da Libras e do português, promovendo uma comunicação mais eficaz e uma melhor compreensão do conteúdo acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que se emerge a necessidade premente de repensar e reformular o modelo educacional vigente, de modo a abraçar a heterogeneidade e promover um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes, tal abordagem requer uma mudança de paradigma, que reconheça e valorize a diversidade como um elemento enriquecedor do processo educativo.

Urge, portanto, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, que considerem as diferentes formas de aprendizagem e desenvolvimento, e que estejam voltadas para o fomento da equidade e da justiça educacional, pois é imperativo que a escola se torne um espaço onde cada indivíduo seja reconhecido em sua plenitude, e onde sejam oferecidas oportunidades para o florescimento de suas potencialidades únicas.

Nesse contexto, cabe à comunidade escolar, em conjunto com os órgãos responsáveis pela formulação de políticas educacionais, empreender esforços no sentido de criar um ambiente educativo verdadeiramente inclusivo, que promova a igualdade de

oportunidades e o respeito à diversidade em todas as suas manifestações. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e democrática, onde o direito à educação seja efetivamente garantido a todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais.

Ademais, é fundamental que a escola promova um ambiente acolhedor e inclusivo, pautado no respeito à diversidade e na valorização das potencialidades individuais de cada aluno, isso requer o estabelecimento de políticas institucionais e práticas pedagógicas que combatam o preconceito, a discriminação e o estigma associados às dificuldades de aprendizado, e que promovam a cultura do respeito, da empatia e da solidariedade.

Deste modo, é possível dizer que quando a família participa ativamente, pode-se criar um ambiente bilíngue mais rico e natural. A criança surda tem a oportunidade de praticar a Libras não apenas na escola, mas também em casa, fortalecendo suas habilidades linguísticas. O suporte contínuo e consistente da família pode ajudar na formação das funções psicológicas superiores, como sugere a teoria histórico-cultural de Vygotsky (2011).

A educação bilíngue para crianças surdas deve considerar tanto as necessidades linguísticas quanto culturais dos/as alunos/as. A integração da Libras e da língua portuguesa, mediada por educadores/as proficientes e em um ambiente rico em interações sociais, é crucial para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social dessas crianças. Este modelo educativo não só promove a fluência em duas línguas, mas também fortalece a identidade cultural das crianças surdas, permitindo-lhes navegar e participar plenamente em ambos os mundos: o auditivo e o visual-espacial.

A interação social e a mediação linguística proporcionadas tanto pela família quanto pela escola são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo da criança surda. Desse modo, uma parceria eficaz entre família e escola pode promover a inclusão social da criança surda, garantindo que ela se sinta parte integrante tanto da comunidade escolar quanto da família. Isso é crucial para seu desenvolvimento emocional e social.

Por fim, entende-se que a construção de uma parceria efetiva entre família e escola, pautada na colaboração mútua e no reconhecimento das habilidades e necessidades de cada aluno/a, constitui um pilar fundamental para a promoção da inclusão educacional e social. Nesse sentido, somente por meio de uma abordagem integrada e centrada no/a

aluno/a, será possível garantir que todos/as os/as estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize sua singularidade e diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRSIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Surdez.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/surdez-#:~:text=Surdez%20%C3%A9%20o%20nome%20dado>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FARIAS, Thycia M. Cerqueira de; SANTOS, Ana Paula dos; PONTES, Alessandra N.; LIMA, Noeli Mello L.; BRUM, Evanisa H. M. de; BRUNONI, Decio. Conhecimento, práticas e atitudes sobre o transtorno do espectro do autismo (TEA) na educação e na saúde: uma revisão. In: SEABRA, Alessandra Gotuzo; BRUM, Evanisa Helena Maio de; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues; BLASCOVI-ASSIS, Silvana Maria (org.). **Estudos interdisciplinares em saúde e educação nos distúrbios do desenvolvimento.** São Paulo: Memnon, 2020. p. 37-50.

MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de (Orgs.). **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2011.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem.** Curitiba: Positivo, 2005.

PEREIRA, Maria Cristina da C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em Revista**, Edição Especial n. 2, p. 143-157, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sXkGQKsnKbhgRBsPD4mvSjy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024.

PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação.** Tradução: Ivette Braga. Rio de Janeiro. 18. ed. José Olímpio, 2007.

QUADROS, Ronice M. de. Alfabetização e o ensino da língua de sinais. **Textura**, v. 2, n. 3, p. 53-61, jun./dez. 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/kalli/Downloads/888-2120-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 37, n. 4, p. 863–869, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28306>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2008.